

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE EM CIDADES DE PEQUENO PORTE DO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Maria Regis de Melo¹; Guilherme Sampaio Queiroz²; Antônio Carlos Leite Barbosa³

¹Universidade Federal Rural do Semi-Árido, mariargsmelo@gmail.com

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido, guilhermesamp18@gmail.com

³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido, antonio.leite@ufersa.edu.br, Prof. Orientador

RESUMO:

Uma cidade independentemente de suas dimensões deve possuir um plano de mobilidade e acessibilidade, para que a sua população possa ter seus direitos atendidos, principalmente aqueles que possuem alguma necessidade ou tem a mobilidade reduzida. Em cidades de pequeno porte é quase inexistente a preocupação em seguir as normas, para isso é preciso ser realizado um estudo sobre quais são seus maiores defeitos, sendo assim possível de se trabalhar e resolver tais problemas, após a identificação deve-se ser elaborado o plano de mobilidade e acessibilidade que atenda a todas as necessidades de sua população, para que assim seja possível proporcionar a seus habitantes uma cidade democrática que ofereça acesso amplo e inclusivo a seus serviços. Neste sentido este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre as condições de a mobilidade e acessibilidade nas cidades de pequeno porte no semiárido potiguar, pontuando seus principais problemas e aspectos ligados ao cotidiano da cidade.

Palavras – chave: Acessibilidade; Planejamento urbano; Plano de mobilidade.

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade é a condição que um indivíduo, esteja ele possuindo total mobilidade física ou não, tem de alcançar e utilizar com total autonomia e segurança, transportes, espaços públicos e privados. Um espaço acessível é capaz de ser utilizado por qualquer pessoa, assim, para o maior conforto da população, é necessário que as normas da acessibilidade sejam seguidas pelas prefeituras, porém é notável que são poucas as cidades que as seguem, segundo um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, somente 4,7% das vias urbanas contém rampas para cadeirantes.

Em termos gerais, acessibilidade é a capacidade que se tem de atingir um local específico, já a mobilidade está relacionada a facilidade com que isso pode ser feito. A acessibilidade deve ser uma exigência, sendo assim o projeto deve ser guiado por suas normas, isso deve acontecer antes e durante a formulação do projeto, não deve ser deixada para depois. Assim inúmeros fatores devem ser observados, valendo assim para qualquer nível urbano, seja uma cidade de pequeno porte ou não.

Em projetos de espaços públicos ou privados deve-se ser considerada desde o início da sua concepção a diversidade humana. Sendo assim, as necessidades de todos os usuários de tal ambiente (pessoas com deficiência permanente ou temporária, crianças, gestantes, idosos etc.) devem ser prioridade. Assim, focando na inclusão social, o projeto que segue as normas e diretrizes da acessibilidade deve ser realizado de acordo com as necessidades de todos os usuários, para que seja permitida a integração de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, é preciso que tais

ambientes sejam adaptados para suas condições restritas. As intenções das normas são simplificar a vida dos usuários fazendo com que o ambiente possa ser utilizado pelo maior número de pessoas possível. Neste sentido este trabalho tem como objetivo fazer um estudo sobre as condições de a mobilidade e acessibilidade nas cidades de pequeno porte no semiárido potiguar, pontuando seus principais problemas e aspectos ligados ao cotidiano da cidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo o censo do IBGE de 2012 23.9% dos brasileiros declaram possuir alguma deficiência, cerca de 45,6 milhões de brasileiros, sendo assim uma grande massa populacional que necessita que seus direitos sejam seguidos. É direito do cidadão a capacidade de ir e vir, assim, assimilar o que de fato é acessibilidade torna-se fundamental para o alcance de uma cidade mais humana, onde toda a população possa conquistar sua plena cidadania (BAHIA et al., 1998, p. 12).

Em cidades de pequeno porte, a gravidade é ainda maior, em Severiano Melo – RN, segundo o IBGE, em 2010, 31% da população declarou possuir alguma deficiência, sendo cerca de 1810 habitantes, e é perceptível o não seguimento das normas nos principais prédios públicos e praças. É de grande importância o desenvolvimento do estudo sobre tais cidades, pois é fundamental que o desenvolvimento urbano seja inclusivo para toda a sociedade, onde o cidadão possa gozar de seus direitos, tirando proveito de suas inúmeras potencialidades Aguiar (2010).

Para isso se faz necessário antes de tudo detectar quais seus maiores problemas, para que assim seja possível se trabalhar em cima dos dados recolhidos, sendo assim possível desenvolver o plano de mobilidade e acessibilidade da cidade, pois é indispensável para o planejamento urbano, e para que a cidade cresça de forma ordenada e cumprindo a sua função social que é abranger todas as necessidades de seus habitantes.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os principais objetivos, foram necessárias pesquisas em campo onde foram coletadas informações acerca da atual situação dos prédios públicos, prefeitura, hospital, UBS, escolas e praças da cidade de Severiano Melo – RN. O processo de pesquisa iniciou-se pesquisando as normas técnicas da acessibilidade, artigos e teses referentes ao assunto e outras bibliografias que constam informações importantes para a pesquisa, com os dados coletados em campo foram possíveis identificar os problemas comparando-os com as normas existentes, constatando-se quais os principais problemas. Foi feito um levantamento fotográfico dos espaços pesquisados para mostrar como se encontram as áreas pesquisadas e para mostrar as reais medidas, para assim melhorar o entendimento do espaço.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notável que não existe uma preocupação em relação a acessibilidade por parte das autoridades, essa situação é ainda pior quando se trata de uma cidade de pequeno porte, independentemente do tamanho da cidade, o planejamento urbano é essencial para o bem-estar da sua população. Mesmo com índices elevados de pessoas declaradas deficientes, os espaços públicos continuam sendo construídos ou reformados fora das normas, assim inúmeras barreiras são encontradas em tais locais.

No estudo realizado em Severiano Melo – RN foram constatados inúmeros erros na infraestrutura dos hospitais, unidades básicas de saúde, escolas e praças, muitas delas são inacessíveis para alguém que possui mobilidade reduzida ou nenhuma mobilidade. Algumas praças sequer possuem rampas, Figura 1.



Figura 1: Falta de infraestrutura na praça do caju
Fonte: Autoria própria

Em espaços recentemente reformados é possível encontrar tais erros, no Hospital Maternidade de Severiano Melo e na Unidade Básica de Saúde Prefeito Genildo Melo, não são encontradas barras de apoios nos banheiros, as portas com largura inferior a 90 centímetros impossibilitam a entrada de um cadeirante, Figura 2.



Figura 2: Banheiro do hospital maternidade de Severiano Melo inadequado para uso
Fonte: Autoria própria

A falta de fiscalização é um grande agravante para essas situações, outro fator agravante é falta de participação da população, sem uma cobrança as autoridades não se sentem no dever de seguir corretamente as normas. Mesmo em locais destinados a pessoas com mobilidade reduzida

como a praça dos idosos é possível encontrar erros, mas em sua maioria não são grotescos. As maiorias das rampas possuem inclinação devidamente correta, Figura 3.



Figura 3: Praça dos idosos
Fonte: Autoria própria

Tendo em vista tantos problemas faz-se necessário o desenvolvimento de um plano de mobilidade e acessibilidade, para que possam atender os conceitos que abrangem a diversidade humana. O principal objetivo de tal plano é guiar os planejadores urbanos, projetistas e administradores urbanos. Mas, para que seja possível a readequação desses espaços públicos, deve-se ter conhecimento das verdadeiras características físicas de locomoção dos usuários destes locais. A construção de rampas nas esquinas é considerada por muitos o suficiente para classificar um planejamento urbano como acessível e inclusivo para a população, mas claramente isso não é suficiente, mesmo não sendo o suficiente, as prefeituras raramente fazem isto, o mínimo para ter uma cidade inclusiva não é cumprido. Está claro a urgência do desenvolvimento de um plano de mobilidade e acessibilidade, tanto para cidades metropolitanas ou cidades de pequeno porte.

5 CONCLUSÕES

Uma cidade inclusiva é direito de todos por isso a necessidade de um plano de acessibilidade e mobilidade. Para o desenvolvimento do plano algumas prioridades devem ser tomadas, como o Brasil sempre priorizou o meio de transporte motorizado individual, as consequências são as más formações das vias urbanas que não oferecem acessibilidade para o pedestre, assim, os pedestres devem se tornar prioridade em relação a tais meios de transporte, além do pedestre é importante a valorização dos meios de transportes não motorizados, como as bicicletas. Mas a maior prioridade deve ser proporcionar mobilidade às pessoas deficientes, para que assim elas possam ter acesso aos serviços oferecidos pelo município.

Todo e qualquer plano de mobilidade e acessibilidade deve seguir as diretrizes do plano diretor, que estão contidas na Lei Complementar no43/2006 contidas nos incisos IX e XI do artigo 50, artigo 93 e 95, que são:

- 1- Garantir o direito de locomoção de seus habitantes, oferecendo condições adequadas para a circulação de pedestres e veículos em geral, assim devendo gerar a mobilidade e acessibilidade universal.
- 2- Promover a inclusão social para que possa elevar a qualidade de vida de sua população, assim reduzindo a desigualdade, por meio da prestação dos seus serviços públicos.
- 3- O sistema de transporte público deve priorizar os deslocamentos da população entre sua habitação e o local de trabalho ou ambientes comunitários.
- 4- Melhorar as condições de conforto e segurança para a circulação de pedestres.
- 5- Garantir a universalidade da acessibilidade, principalmente em áreas escolares, e em locais de grande circulação, como hospitais, mercados e outros prédios públicos.

Os principais objetivos são proporcionar acesso amplo e democrático, de forma que seja inclusiva e sustentável, para que assim a qualificação urbana possa contribuir para o desenvolvimento urbano, social e econômico do município, assim promovendo acesso aos serviços oferecidos, gerando qualidade de vida, ao proporcionar conforto e segurança em seus deslocamentos, promovendo a inclusão de pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida. Isso torna possível a consolidação de uma gestão democrática, garantindo o aprimoramento contínuo da mobilidade urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Fabíola de Oliveira. **Acessibilidade Relativa dos Espaços Urbanos para Pedestres com Restrições de Mobilidade**. 2010. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Departamento de Engenharia de Transportes, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.
- FEIJÓ, Alexsandro Rahbani Aragão; BRITO, Viviane Gomes de. **Planejamento urbano e acessibilidade: o direito a uma cidade inclusiva**. Ceds, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p.1049-1062, mar. 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2012. 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>
- PEREIRA, Francisco Carlos; BARBOSA, Antônio Carlos Leite; PEREIRA JUNIOR, Carlos. **Dos velhos aos novos desafios a acessibilidade em consonância com desenho urbano**. Includere, Mossoró, v. 2, n. 2, p.1-4, jan. 2016
- ROSTWOROWSKI, Luís Fernando; MAGAGNIN, Renata Cardoso. **Diagnóstico das calçadas em áreas centrais em cidades brasileiras de pequeno porte: estudo de caso no município de São João da boa vista**. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 14., 2012, Juiz de Fora. Anais. Juiz de Fora: Editora Unesp, 2012. p. 3113 - 3117.
- MAGAGNIN, R. C. **Cidades Acessíveis: o planejamento da infraestrutura para a circulação de pedestres**. In: Maria Solange Gurgel de Castro Fontes, Norma Regina Truppel Constantino e Luis Cláudio Bittencourt (Org.). Arquitetura e Urbanismo: novos desafios para o século XXI. Canal 6. Bauru. 2009.

